

ATA

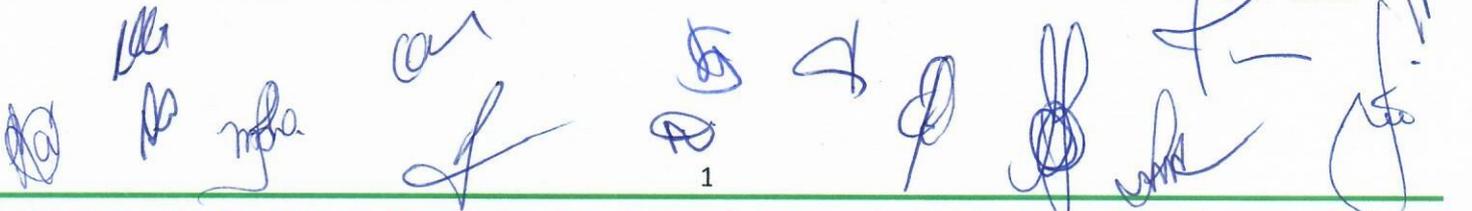
2022

DELIBERATIVO E FISCAL

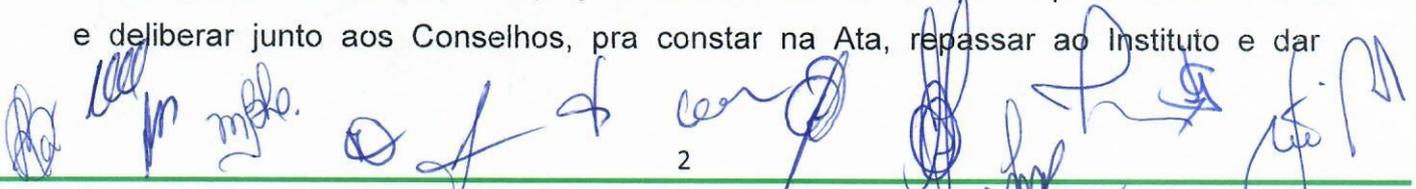
ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO IPRESBS, GESTÃO 2022 / 2024, REALIZADA DIA VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Às nove horas do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois, na sede do IPRESBS, localizado na rua Alfredo Klimmeck, nº 439, Centro de São Bento do Sul, reuniram-se os Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPRESBS. Os seguintes conselheiros estavam presentes: Gerson Pacheco (suplente), Inês Marilda Rosseto Wagner, Iracema Bayer Rosá, Ivan Carlos Klein, Marco Rodrigo Redlich, Rosângela Maria Wedderhoff Mettegang, Roseli Rosencheck Schlögl, Alice Drosczaka, Carlos Roberto Gonçalves dos Anjos, Fridolino Van Den Boom, Ivana Aparecida Pereira, Marcos Gertler (suplente) e Monica Inês Rank Lemke. Do IPRESBS, compareceram o Diretor Presidente Clifford Jelinsky, e a Diretora Financeira Lucilene Zélia dos Santos Haidar Barbosa (ata). O Diretor Presidente do IPRESBS, Sr. Clifford Jelinsky abriu a reunião cumprimentando pela presença de todos e verificando o quórum de presença. Na sequência, o Diretor passou para a pauta do dia. **PRIMEIRO ASSUNTO:** PANORAMA DE MERCADO – O Sr. Clifford iniciou a reunião agradecendo a presença dos conselheiros na reunião do Comitê de Investimentos e a SMI Consultoria Financeira, realizada momentos antes. Destacou a importância de os conselheiros acompanharem as atividades voltadas aos investimentos do Instituto e a troca de ideias entre os envolvidos.

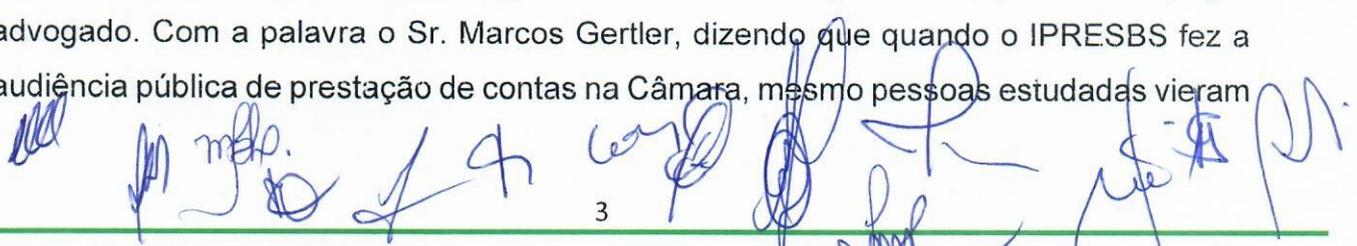
SEGUNDO ASSUNTO: ALTERAÇÃO LEI Nº 1718/06 - JETON – O Sr. Clifford colocou em pauta a sugestão do conselheiro Sr. Marco Redlich de alteração da lei nº 1718/06 que trata da organização do Instituto. Comentou que o artigo de que se trata a mudança é o que fala sobre o recebimento de “jetons” pelos conselheiros. A Sra. Lucilene complementou com informações sobre as atividades dos conselheiros e que a responsabilidade e as informações dos conselheiros estão registradas junto ao Ministério da Previdência junto à gestão do Instituto. Com a palavra o conselheiro Sr. Marco, comentando que em conversas em eventos e trocando informações com conselheiros e dirigentes de outros institutos, esteve analisando e comparando com a realidade de cada



instituto e vendo as mudanças na legislação previdenciária com o aumento da responsabilidade e atribuições dos conselheiros. Exemplificou que o conselho deliberativo é o primeiro responsável pela gestão do Instituto, estando acima da diretoria no sentido de ser responsável pelos caminhos a seguir. É uma gestão compartilhada em que um ajuda o outro. Falou que seria interessante discutir no sentido de aumentar a valorização perante a responsabilidade que aumentou. Analisando num contexto histórico, começou-se como voluntário, mas a responsabilidade de ter o seu CPF vinculado ao Instituto cresceu com o passar do tempo. É justo ter um retorno financeiro proporcional á sua responsabilidade, até para se estudar mais, se dedicar mais e tomar as decisões incluindo investimentos, em que é necessário um conhecimento mais aprofundado. Citou as próprias certificações dos conselheiros, em que antes não eram exigidas e agora passaram a ser obrigatórias. Tudo isso chega ao ponto de discutir a revisão do valor do Jeton. Foi pesquisado em outros locais para ter-se uma noção do como os outros Institutos estão trabalhando. Aqui em São Bento do Sul, a legislação prevê quinze por cento do salário mínimo por reunião. Como exemplo nos locais próximos, em Rio Negrinho é valor mensal de cinquenta por cento do piso salarial municipal. Em Itajaí, o valor mensal é de seis UFM, que hoje equivale à mil duzentos e trinta e oito reais. No município de Canoinhas o valor é de seiscentos e quarenta e quatro reais pagos mensalmente. Em Florianópolis, é um piso salarial municipal por mês. Analisando temos valores que vão de meio salário a um salário por mês nesses municípios. Na sugestão trazida aqui, gostaria de escutar, ver o que todos acham e sugerir a mudança de quinze por cento para sessenta e cinco por cento do salário ou até cem por cento do salário mínimo por reunião, considerando que as reuniões dos conselhos são bimestrais. Mesmo com o valor cheio, os pagamentos ficam na média dos outros municípios. Acha que é o movimento mais interessante até por ter um bom Conselho que iniciou no começo do ano e são três anos, agora com mais conhecimento. Essa mudança não é automática, é proposta pelos conselheiros, passa para ao Executivo e a Câmara e deverá ser aprovada lá. Caso seja decidido que essa questão seja levada pra frente, é importante os vereadores entenderem o porquê da importância e pode passar ou não passar o projeto. Gostaria de abrir o assunto para discutir a ideia e deliberar junto aos Conselhos, pra constar na Ata, repassar ao Instituto e dar

A series of approximately ten handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally across the bottom of the page. The signatures vary in style and legibility, representing the members of the council mentioned in the text.

prosseguimento nos trâmites da proposta na Prefeitura e Câmara. Com a palavra a Conselheira Sra. Inês, que comentou que o município possui cinquenta e oito conselhos e dois deles são remunerados: o do IPRESBS, com quinze por cento e o JARI com vinte e cinco por cento, com reuniões quinzenais em média. A conselheira Sra. Roseli Schlögl falou que Florianópolis é um piso alto, mas que concorda em estar revendo a situação, com os pés no chão. Comentou que muitos estão em horário de trabalho e tem que ser levado em consideração, caso seja questionada a situação. Falou que sabe que estamos defasados em relação a outros municípios. Prosseguiu dizendo já é seu último mandato, mas que é uma responsabilidade muito grande para os futuros conselheiros e o tema deve ser revisto em decisão conjunta entre o grupo. O conselheiro Sr. Marcos Gertler complementou falando que dos fatos passados da compra de títulos públicos se fosse hoje em dia, tanto o conselho deliberativo e o conselho fiscal iriam responder junto com o presidente, com seus bens particulares. Continuou comentando que quem aprova as contas das autarquias é o Tribunal de Contas e não tem parecer prévio, ao contrário do poder executivo, em que existe parecer prévio e quem aprova ou não as contas é o poder legislativo, e que a maioria do pessoal da administração pública não entende isso. Prosseguiu falando que quem responde sobre as autarquias e fundações é o próprio presidente, só respondendo o prefeito se não alcançar o presidente. Falou também que a questão da remuneração impacta na participação das pessoas. Se as pessoas não recebem nada, mesmo em horário de trabalho, as pessoas participam por que é uma questão que trata da vida dos servidores, que vão depender do Instituto. A cada eleição é uma dificuldade para fazerem as pessoas se interessar. A capacitação das pessoas passa pela questão da remuneração também, que deve corresponder. Comentou que é favorável ao reajuste e se olhar os conselhos ao nível nacional, eles recebem grandes remunerações. A conselheira Sra. Ivana Aparecida falou que não é só pelo tempo de reunião, que participando das reuniões do comitê de investimentos, é uma responsabilidade muito grande e tem que ter muito conhecimento sobre as movimentações financeiras que acontecem no instituto, além de cursos e certificações que os conselheiros devem fazer agora e se acontecer algo o município não vai pagar advogado. Com a palavra o Sr. Marcos Gertler, dizendo que quando o IPRESBS fez a audiência pública de prestação de contas na Câmara, mesmo pessoas estudadas vieram

A series of approximately ten handwritten signatures in blue ink, written over the bottom of the text block.

Ihe questionar que com caixa tão grande os rendimentos rendem tão pouco. Comentou que as pessoas olham pelo lado do mercado e não pelo lado dos recursos públicos e dinheiro de previdência, em que muitos investimentos precisam ser conservadores e ter um cuidado ainda maior. As pessoas não têm conhecimento mais profundo sobre a matéria de investimentos. O Sr. Clifford parabenizou os conselheiros que deram a cara para participar das eleições, porque os temas tratados com os conselhos mexem diretamente com a vida dos servidores que são o dinheiro e a aposentadoria e são temas complexos de se tratar adequadamente. O Sr. Marco comentou que a sugestão de valor de mudança para os Jetons seria de um salário mínimo por reunião, ficando na média com outros municípios, apenas para quem comparece nas reuniões. Na sequência o Sr. Clifford colocou em votação sobre a proposta de alteração de valor dos Jetons sobre qual seria o valor justo. O valor combinado foi a mudança de quinze por cento do salário mínimo por reunião para cem por cento do salário mínimo. Todos os conselheiros aprovaram por unanimidade a proposta. Ficou acertado de a Diretoria do IPRESBS dar os encaminhamentos da proposta para o poder executivo e posterior Projeto de Lei para alteração do artigo referente ao tema na Lei nº 1718/06.

OUTROS ASSUNTOS: O Sr. Clifford comentou a notícia da Secretaria de Previdência, em que classificou o IPRESBS com a nota máxima no ISP – Índice de Situação Previdenciária. Falou que pela primeira vez na história conseguiu a nota “A”, e que dos mais de dois mil RPPS, apenas quatro no estado de Santa Catarina e vinte e oito no Brasil têm a mesma nota. Também comentou que essa nota vem de tópicos de gestão e transparência e boa parte dos temas está embutido no Programa Pró-Gestão, no qual o Instituto faz parte. Parabenizou a todos os conselheiros e servidores pela conquista. A Sra. Lucilene comentou que todos es quesitos tiveram a nota máxima, menos um: que estamos no Nível I Pró-Gestão, mas que é por causa do tamanho do Instituto. O Sr. Clifford comentou ainda que haverá mais duas reuniões dos Conselhos esse ano, uma em novembro e uma em dezembro. Assim, nada mais havendo a tratar, esta foi declarada por encerrada, da qual, para constar, eu, Lucilene Zélia dos Santos Haidar Barbosa, fui nomeada pelo Presidente a lavrar a presente ata. São Bento do Sul – Santa Catarina, vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois

A series of handwritten signatures in blue ink, including the signature of the President, Lucilene Zélia dos Santos Haidar Barbosa, and several other council members.



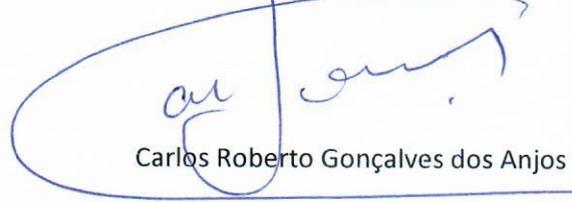
Clifford Jelinsky



Alice Droszczaka



Inês Marilda Rosseto Wagner



Carlos Roberto Gonçalves dos Anjos



Fridolino Van Den Boom



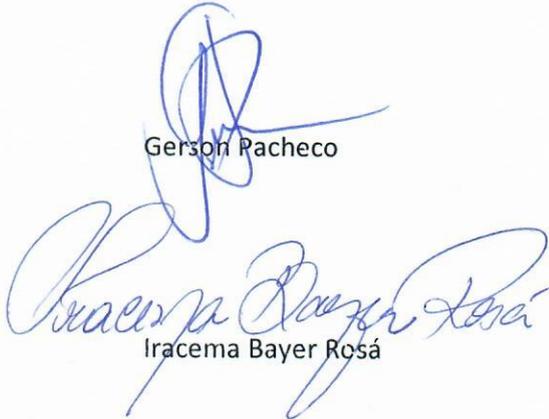
Monica Inês Rank Lemke



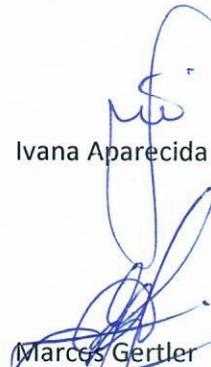
Gerson Pacheco



Ivana Aparecida Pereira



Iracema Bayer Rosá



Marcos Gertler



Roseli Rosencheck Schlögl



Ivan Carlos Klein



Marco Rodrigo Redlich

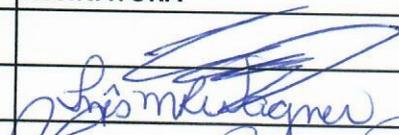
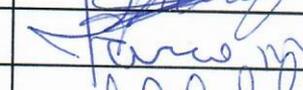
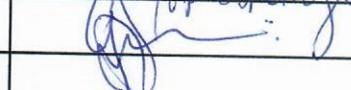
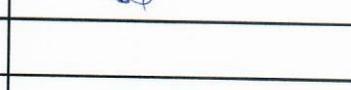
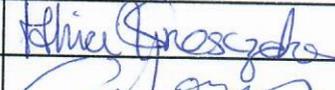
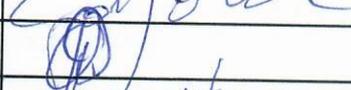
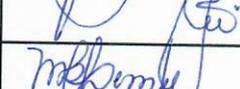
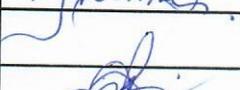
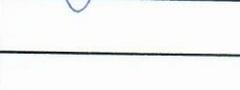
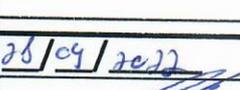
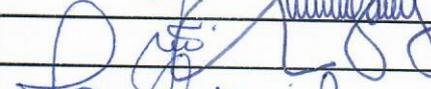
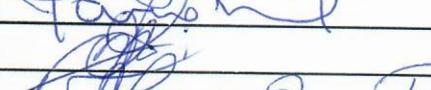
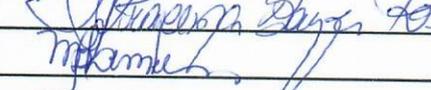


Rosangela Maria Wedderhoff Mettegang



Lucilene Zélia dos Santos Haidar Barbosa



CONSELHO DELIBERATIVO		DATA
		<u>28/09/2022</u>
NOME	REP.	ASSINATURA
Clifford Jelinsky	Titular	
Inês Marilda Rosseto Wagner	Titular	
Iracema Bayer Rosá	Titular	
Ivan Carlos Klein	Titular	
Marco Rodrigo Redlich	Titular	
Rosângela Maria Wedderhoff Mettegang	Titular	
Roseli Rosencheck Schlögl	Titular	
Gerson Pacheco	Suplente	
José Tadeu de Santana Junior	Suplente	
Jucélia Dreschler Zotz	Suplente	
Juliana Hammes	Suplente	
Keli Cristina Eichendorf Morante	Suplente	
Luciane Mary Scatolon	Suplente	
CONSELHO FISCAL		DATA
		<u>28/09/2022</u>
NOME	REP.	ASSINATURA
Alice Drosczaka	Titular	
Carlos Roberto Gonçalves dos Anjos	Titular	
Fridolino Van Den Boom	Titular	
Ivana Aparecida Pereira	Titular	
Monica Inês Rank Lemke	Titular	
Irene Galkowski	Suplente	
Marcos Gertler	Suplente	
Maria Lourdes Sperka	Suplente	
Rodrigo Correa dos Anjos	Suplente	
Vera Lucia Kuzawski	Suplente	
COMITÊ INVESTIMENTOS		DATA
		<u>28/09/2022</u>
Clifford Jelinsky	Titular	
Lucilene Zélia dos Santos Haidar Barbosa	Titular	
Ivana Aparecida Pereira	Titular	
Marco Rodrigo Redlich	Titular	
Marcos Gertler	Titular	
Iracema Bayer Rosá	Suplente	
Monica Inês Rank Lemke	Suplente	